

# Estado já tem 27,1% da população passando fome

Levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a fome no Brasil, coloca o Espírito Santo em quinto lugar com relação ao número de indigentes. Segundo a pesquisa, baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 27,1% da população do Espírito Santo são indigentes, ou seja, passam fome ou não se alimentam adequadamente. São 678.557 pessoas, das quais 257.720 estão na área urbana e 420.837 na área rural.

Em termos de Brasil são 32 milhões de pessoas passando fome e o Estado que tem o maior número de indigentes é a Bahia.

A coordenadora da pesquisa do Ipea, Ana Maria Peliano, acrescentou que ao contrário do que muita gente pensa, o problema não é causado por falta de comida, já que a produção média anual de grãos no Brasil, nos últimos sete anos foi de 59 milhões de toneladas, que, divididas pelo total da população brasileira dão uma média **per capita** de 3.280 quilocalorias e 87 gramas de proteínas por dia, o que é bem superior à recomendação do Fundo de Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas, que prevê 2.242 quilocalorias e 57 gramas de proteínas diárias.

Para o Ipea, o problema está

no baixo poder aquisitivo da população e na perda de pelo menos 20% da safra, por deficiências de transporte, armazenamento e manuseio, que acabam encarecendo o alimento para o consumidor.

Em Vitória, o problema de indigência vem se fazendo sentir nos últimos 10 anos, com o surgimento de bolsões de pobreza provocados pelo êxodo rural, estimulado com a erradicação dos cafezais e posteriormente com a insistência da monocultura do café, acabando por se agravar com a desvalorização do produto e o desestímulo dos produtores, que passaram a abandonar os cafezais.

## CNI admite acordo coletivo de trabalho

Rio — O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador Albano Franco, afirmou ontem que a entidade já está se preparando para a adoção de um acordo coletivo de trabalho no país, a partir da revisão constitucional prevista para outubro.

Segundo ele, em termos práticos a CNI defende a redução da legislação trabalhista e a supres-

são do poder normativo da Justiça do Trabalho. Além da aprovação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê, entre outras coisas, o fim da unicidade sindical (ou seja, uma categoria poderá ser representada por mais de um sindicato). Franco chegou, inclusive, a divulgar ontem documento onde essas medidas são propostas em seminário da entidade sobre o assunto, com apoio da OIT e do qual participou também o ministro do Trabalho, Walter Borelli.

O ministro concorda com o empresário de que a liberdade sindical implica no fim da unici-

dade, do registro único e da contribuição legal porque, "na prática, já existem no Brasil quatro centrais e muitos sindicatos atuando e que superpõem a outros".

Quanto ao acordo coletivo de trabalho, Borelli disse que o assunto demanda uma grande discussão. Para Borelli, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem 50 anos e não condiz mais com a realidade das relações de capital e trabalho existentes hoje, "mas não se pode pura e simplesmente abolir uma lei sem estipular os procedimentos de intermediação da relação em vigor".